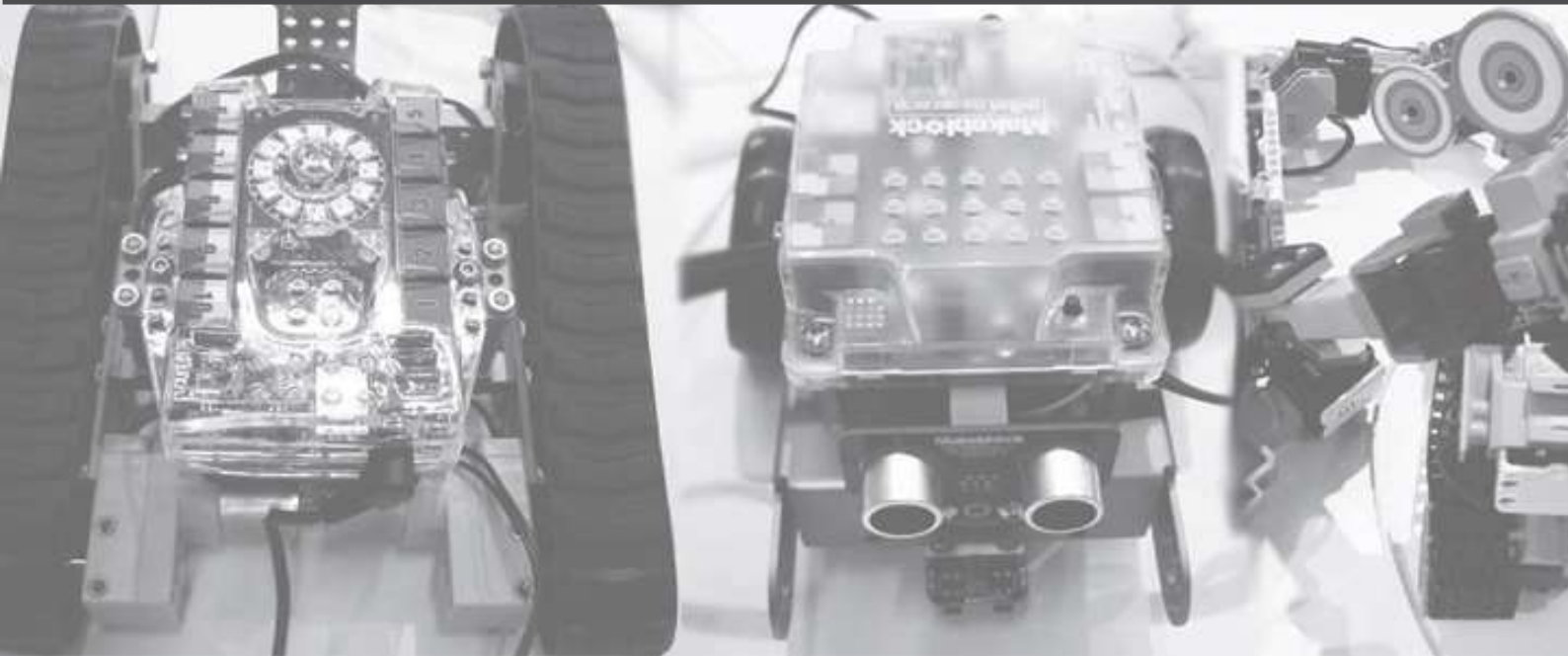


EDUNOVATIC 2017

CONFERENCE PROCEEDINGS



2nd Virtual International Conference on
Education, Innovation and ICT

12 - 14 December, 2017

EDUNOVATIC 2017

CONFERENCE PROCEEDINGS

2nd Virtual International Conference on
Education, Innovation and ICT

12 - 14 December, 2017

Publisher: Adaya Press
H. H. van Brabantplein, 16 E
5611 PE Eindhoven, The Netherlands
editor@adayapress.com
www.adayapress.com

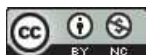
Editor: REDINE
Text © The Editor and the Authors 2018
Cover design Adaya Press
Cover image © Adaya Press
www.edunovatic.org

ISBN 978-94-92805-02-7

Adaya Press is an independent Open Access publisher that publishes books, monographs, edited volumes, textbooks, conference proceedings and book reviews in different languages. All publications are subject to double-blind peer review. For further information on review policies please visit <http://www.adayapress.com/author-guidelines/>

This work is published under a Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0) license (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.es>). This license allows duplication, adaptation, distribution and reproduction in any medium or format for non-commercial purposes and giving credit to the original author(s) and the source, providing a link to the Creative Commons license and indicating if changes were made

License: CC BY-NC 4.0



Suggested citation:

REDINE (Ed.). (2018). *Conference Proceedings EDUNOVATIC 2017*. Eindhoven, NL: Adaya Press.

Gestão da inclusão das pessoas com deficiências: utilização das tecnologias de informação e comunicação como recurso pedagógico

Suzy de Abreu Costa

Universidade Aberta, Portugal

Filipa Seabra

LE@D, Universidade Aberta, Portugal; CIED-UMinho

Resumo

Propomo-nos apresentar uma pesquisa de doutoramento, ainda em curso, que tem como objetivos gerais, a caracterização do uso de tecnologia informação e comunicação pessoas com deficiências no ensino regular, nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de Taquara- Brasil, bem como, caracterizar as competências dos educadores quanto ao uso destes recursos pedagógicos facilitadores em contextos curriculares e extracurriculares. Definiu-se por utilizar uma metodologia quanti-qualitativa por possibilitar uma abrangência mais aprofundada dos fenômenos que serão investigados, pois terá como técnicas de recolha de dados análise documental, inquérito por questionário e entrevistas semi-estruturadas. A população a ser investigada será de professores titulares, educadores de apoio e a diretora da Secretaria de Educação Especial do Município. As técnicas de análise de dados, incluem a análise estatística dos dados quantitativos recolhidos por análise documental e inquérito por questionário, e a análise de conteúdo dos dados qualitativos recolhidos por análise documental e entrevista, em concordância com os objetivos específicos correspondentes, sendo estes: o levantamento dos recursos tecnológicos disponíveis nas escolas; conhecimento das percepções dos professores em relação às suas competências e à utilização destes recursos tecnológicos, considerando o contexto do ensino-aprendizagem; e por fim, avaliar as perspectivas dos vários intervenientes sobre as limitações dos recursos existentes ou entraves à sua efetiva utilização. Por ser um projeto precursor, no que se refere à Educação neste Município, e por ser o processo investigativo um trabalho contínuo, acredita-se que esta pesquisa em muito irá colaborar a outros investigadores ao fazerem valer os direitos de uma educação digna a todos.

Palavras chave: Inclusão - Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) - Pessoas com Deficiência (PCD) – Professores - Facilitação

1. Introdução

Diante de um cenário educacional cada vez mais formado por atores diversificados, faz-se necessário que existam políticas educacionais cada vez mais comprometidas com a função primordial que lhe compete, o ensino-aprendizagem com igualdade. Entretanto as mudanças na infraestrutura no ambiente escolar; a formação contínua dos educadores; a sensibilização de toda uma comunidade educacional frente ao respeito à diversidade; as aquisições diversas no material pedagógico, contemplando todas as deficiências; as inovações sistemáticas no projeto político pedagógico de cada escola; a eficácia das leis internacionais e brasileiras, ainda não são suficientes para que o aprendizado e o sentido de justiça social aconteça a contento.

Com intuito de contribuir para o conhecimento do processo de ensino-aprendizagem das pessoas deficientes nas escolas regulares, esta investigação buscará caracterizar o uso das TICs e a competência dos professores diante destes recursos, pois a autora da pesquisa acredita que estes recursos devem fazer parte das adaptações curriculares, porém, considerando a reflexão de Mendes (2015, p. 10), ao enfatizar que estes meios de comunicação e de aprendizagem devem ser utilizados de uma forma criteriosa, adequando-os aos conteúdos curriculares, “(...) a inserção de computadores, bem como qualquer outra inserção que se deseja operar no cotidiano escolar deve necessariamente ser associado a uma reflexão crítica sobre os principais fundamentos do currículo e às mudanças na formação de professores.”.

Como também, reitera-se neste processo de investigação, a abordagem educacional inclusiva, indo a favor das elucidações de Pletsch (2009), de que todos os alunos podem aprender, valorizando suas potencialidades, suas especificidades, pois a aprendizagem é um processo individual em que todos de maneira ativa participam e contribuem reciprocamente.

Por se tratar de uma proposta discutida em diferentes tempos e, indo a favor de Quivy e Campenhoudt (1995), ao conceituarem *investigação científica* como um processo de inquérito que busca soluções a questões complexas, este processo investigativo tentará colaborar com a mudança de paradigmas de uma comunidade educacional inclusiva, bem como, sensibilizar o governo municipal, preconizando com uma educação global, voltada a formação de cidadãos críticos, conscientes do seu papel no processo de construção de uma sociedade mais justa, equânime e humana.

2. Educação Inclusiva- Um comprometimento de todos

No que se refere a legitimidade de uma Educação para todos, a nível internacional, salienta-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948¹, e após quatro décadas, referenciou-se as pessoas com deficiências, no caso as crianças, nas escolas regulares através da Convenção dos Direitos da Criança, em 1989². Com os mesmos objetivos, têm-se a Declaração Mundial de Educação para Todos de Jomtien (1990); a Declaração de Salamanca (1994); a Convenção de Guatemala (1999); e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009).

Da mesma forma, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), destaca no seu artigo 59, parágrafos I, II e III, os itens relevantes para que de fato haja a inclusão de todos, preferivelmente, nas escolas regulares de ensino:

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

1 unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf

2 http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm.

E mais recentemente, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, contempla a educação inclusiva brasileira, reforçando a necessidade de colocar-se em prática estas tratativas.

De uma forma geral, todas estas leis e orientações internacionais têm em comum a reflexão e a prática de uma justiça social, em todos os espaços existentes de uma sociedade, principalmente no tempo atual em que a diversidade está presente em toda a sociedade, em diferentes países.

Porém, mesmo com todo o empenho das leis vigentes em fazer valer os direitos das pessoas deficientes, diversos estudos, como Rodrigues (2007), Ribeiro (2012), Gonçalves (2013), descrevem das dificuldades encontradas em fazer uma Educação Inclusiva com eficácia, pois as escolas deveriam contemplar o conceito de inclusão, conforme a visão de Sanchez (2005, pg. 11) ao descrever: *“(...) uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros”*.

Em mais uma tentativa de capacitar as escolas brasileiras em uma condição inclusiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCNEB (2013), enfatizaram a necessidade na formação de professores para a educação básica, contextualizando uma organização curricular nas instituições que preparassem o futuro educador para a aprendizagem em espaços discentes heterogênicos, considerando o acolhimento e o respeito a sua história cultural.

Da mesma forma, segundo resolução do Conselho Nacional de Educação- CNE/CP de 18 de fevereiro de 2002, artigo 2, itens V, VI e VII, a preocupação com o processo inclusivo vai além das adaptações curriculares,

[...] é aconselhável ainda a elaboração e execução de projetos de desenvolvimento de conteúdos curriculares; o uso da tecnologia da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores; e desenvolvimento de hábitos de colaboração e do trabalho em equipe.³

Segundo Kornhaber, Griffith e Tyler (2014), a participação do Governo é fundamental no favorecimento da justiça social, principalmente nos ambientes escolares, pois conforme os autores, *“Políticas e recursos alinhados a uma visão expansiva de equidade são necessários para promover mais igualdade de oportunidades de sucesso escolar e de vida para as crianças de diferentes circunstâncias”* (p. 20).

Tomando-se como relevância o conceito de Educação Inclusiva, Oliveira e Leite (2007) também descrevem da necessidade de ter-se consciência que as diferenças requerem atitudes diferentes, no sentido que haja um equilíbrio entre as desigualdades:

(...) Educação Inclusiva, deve basear-se no princípio da igualdade, em que respeitar a diferença não é se opor à igualdade e sim garantir direitos iguais para atender às necessidades específicas de cada um, considerando que todos são diferentes. Essa ideia é complementada pelo princípio da equidade que, por sua vez, postula o favorecimento de condições diferenciadas para suprir as desigualdades sociais, culturais e econômicas, daqueles que se encontram em situação de desvantagem (p.517).

Porém há de se refletir sobre como seria esta escola inclusiva..., Slee (2012) faz uma reflexão quanto ao tipo de escola deve ser ofertada aos alunos diante do cenário diversificado, preconizando não somente a infraestrutura, mas também, a capacitação dos recursos humanos, a construção de um projeto político pedagógico capaz de favorecer a inclusão e a sensibilização de toda uma comunidade:

³ http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf

Precisamos estar nos perguntando que tipo de instalações escolares são necessários para todas as crianças neste século que irão construir o conhecimento, habilidades e disposição para trabalhar e remodelar o mundo do futuro? (...) Temos tudo a ganhar com a autêntica representação da diversidade. As melhorias necessárias no currículo, a pedagogia e a avaliação, projeto de escola e o estabelecimento do envolvimento das comunidades devem ser bons para todos os alunos e educadores (p. 11).

Por ter-se uma experiência há mais de trinta anos, dedicados não somente no processo de reabilitação psicomotora, mas também, aos direitos das pessoas com deficiências, a autora deste processo investigativo, procurará fazer valer a legislação em prol delas, especificamente quanto ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), indo a favor da justiça social, da cidadania (Aranha, 2005), do direito à aprendizagem, estendendo-se à formação dos professores.

3. O papel das TICs nos ambientes inclusivos

As pessoas com deficiências, diante das suas limitações, seja nos movimentos, cognição, linguagem expressiva, visão, audição, comportamento, ou ainda, a combinação de duas ou mais deficiências, encontram, muitas vezes, uma dificuldade de comunicação ou de aprendizagem ao se confrontarem com um sistema educacional que falha em disponibilizar (ou por falta de conhecimento legal em relação aos direitos de aquisição), os recursos de acessibilidade, considerando que, conforme as descrições de inúmeros enunciados legais, internacionais e nacionais, estes recursos facilitadores deveriam estar acessíveis em todas as escolas brasileiras, como exemplifica-se mais uma vez, no caso o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2012), em sua Declaração dos Direitos das Crianças com Deficiência, diante do cenário inclusivo, fez uma abordagem pedagógica baseada nas necessidades de mobilidade desta clientela, favorecendo assim, a acessibilidade:

Todos os ambientes que as crianças habitam devem estar equipados com recursos fisicamente acessíveis para que as crianças possam facilmente entrar salas de aula e outras instalações e se as condições que cercam necessárias para a aprendizagem, com atenção aos auxiliares de locomoção, dispositivos e tecnologias assistidas, livros de texto em braille e outros materiais de leitura (p. 64).

Esta entidade compreende que o uso das tecnológicas assistivas em sala de aulas, colabora não somente no processo de ensino-aprendizagem, envolvendo alunos e educadores, mas também contribui eficazmente na autoestima nas pessoas com deficiência (UNICEF, 2012):

(...) salas de recurso podem ser fornecidas estando equipadas com a tecnologia e ferramentas, sendo geridas por especialistas experientes em técnicas de ensino colaborativo e pode oferecer suporte a crianças e professores nas salas de aula tradicionais. (...) computadores e tecnologias de informação e comunicação (TIC) de tecnologias podem ser um benefício significativo para as crianças com deficiência e facilitar a aprendizagem flexível. Para muitas crianças, a comunicação muitas vezes pode ser difícil e TIC permitem maior interação com as pessoas em seu ambiente imediato e promovem a comunicação, interação, cognição e aprendizagem. Usar computadores e tecnologia assistiva relacionada em atividades educativas ajuda as crianças a ganhar auto-confiança, habilidades sociais, habilidades de comunicação, habilidades motoras brutas e finas, habilidades e uma ampla gama de habilidades e conhecimentos necessários para resolver problemas diante da sociedade (p. 74).

Lévy (1998), reafirma a importância destes meios de comunicação e de aprendizagem nos ambientes escolares, possibilitado uma maior interação social, ao mesmo tempo em que favorecem o desempenho cognitivo:

A mediação digital remodela certas atividades cognitivas fundamentais que envolvem a linguagem, a sensibilidade, o conhecimento e a imaginação inventiva. A escrita, a leitura, a escuta, o jogo e a composição musical, a visão e a elaboração das imagens, a concepção, a perícia, o ensino e o aprendizado, reestruturados por dispositivos técnicos inéditos, estão ingressando em novas configurações sociais (p. 17).

Da mesma forma, Jonassen (2007) reitera o uso de tecnologia em ambientes educativos, considerando-as como uma *ferramenta cognitiva*, pois para o autor, este recurso passa a ser uma estratégia atraente no processo de aprendizagem, servindo como um complemento ao conhecimento, colaborando com o desenvolvimento integral do indivíduo.

Porém, inserir a tecnologia nos ambientes educacionais requer, também, a devida capacitação dos professores (Belloni, 2001), portanto torna-se imprescindível a participação do Estado, oportunizando e investindo nos docentes a formação e a aprendizagem contínua deste novo material pedagógico, disseminando o conhecimento frente à diversidade, em especial, às pessoas com deficiências, tornando a educação equânime.

Com a colaboração financeira do Governo Federal, torna-se significativo que o professor reflita sobre o avanço dos recursos tecnológicos, associando-os a sua prática pedagógica, pois estes meios de comunicação encontram-se cada vez mais acessíveis ao mundo do educando, principalmente no que se refere ao processo inclusivo (Gouvêa, 1999).

Em função das fundamentações introdutórias citadas, a importância da proposta desta investigação está direcionada a um novo paradigma educacional voltado a inserção das TICs nas práticas curriculares, frente a uma sociedade globalizada (Penteado, 2000), exigindo um educador capaz de comprometer-se com as constantes mudanças tecnológicas e na sua prática pedagógica com significado, colaborando na construção de uma sociedade mais justa, equânime e humana, como também, a educação inclusiva ocorrerá de fato quando houver a maturidade e a colaboração de todos os partícipes de uma comunidade, bem como, dos gestores políticos-governamentais das diferentes esferas, contribuindo-se assim, com a formação de um cidadão global.

4. Procedimento metodológico

A metodologia do trabalho investigativo dar-se-á de uma forma mista, tendo como técnicas de recolha de dados, análise documental; inquérito por questionário; e entrevista semi-estruturada; as fontes de estudo, constituídas pelo Secretário da Educação Especial do Município de Taquara e professores dos alunos com deficiência que frequentam as Escolas Municipais, sendo o critério de seleção, 10 (dez) professores, sendo 2 (dois) professores de alunos com cada um dos tipos de deficiência (deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência motora, deficiência mental e múltipla), considerando cada uma das séries do ensino fundamental (iniciais e finais) e documentos orientadores (plano macro) bem como registros internos das escolas (plano micro); e por último, as *técnicas de análise de dados*, análise estatística e análise de conteúdo.

Os cuidados éticos a manter ao longo de todo o trabalho estarão em conformidade com a Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciência de Educação (SPCE, 2014) e o Código de Ética da Associação Americana de Pesquisa Educacional (AERA, 2011), contado com a confidencialidade e anonimato dos participante e a identificação do local da coleta de dados, excetuando a da diretora da Secretaria de Educação Especial da Prefeitura Municipal de Taquara- RS, reforçando-se que a divulgação do trabalho terá finalidade acadêmica, com o propósito de contribuir para a prossecução dos objetivos propostos.

Este projeto está estruturado conforme o *design* metodológico abaixo:

Tabela 1. Design Metodológico

Objetivos	Técnicas de Recolha de Dados	Fontes	Técnicas de Análise de Dados
<p>Geral</p> <p>Caracterizar o uso de tecnologias com vista à inclusão, considerando não somente a socialização, mas a aprendizagem, bem como, o respeito pelos direitos dos alunos com deficiências nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de Taquara.</p>	<p>Análise documental</p> <p>Entrevista Semiestruturada</p> <p>Inquérito por Questionário</p>	<p>Documentos da Secretaria de Educação Especial e das Escolas.</p> <p>Diretora da Secretaria de Educação Especial</p> <p>Professores Titulares e de apoio ligados a 10 casos inclusivos, sendo 2 tipos de cada deficiência: Mental, Motora, Visual, Auditiva e Múltipla.</p> <p>Todos os Professores (as) Titulares (102) e de apoio (51), ligados aos casos de inclusão do Ensino Fundamental.</p>	<p>Análise de conteúdo</p> <p>Análise estatística</p>
<p>Específicos</p> <p>Caracterizar os recursos tecnológicos e humanos disponíveis nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de Taquara para o atendimento aos estudantes com deficiência.</p>	<p>Análise documental</p> <p>Entrevista Semiestruturada</p> <p>Inquérito por Questionário e Entrevista Semiestruturada</p>	<p>Documentos das escolas e da secretaria de educação especial.</p> <p>Diretora da Secretaria de Educação Especial.</p> <p>Professores Titulares e de Apoio.</p>	<p>Análise de conteúdo</p> <p>Análise estatística</p>
<p>Conhecer as percepções dos Professores Titulares e os de Apoio relativamente ao seu nível de competência na utilização destes recursos tecnológicos.</p>	<p>Inquérito por Questionário</p> <p>Entrevista Semiestruturada</p>	<p>Professores Titulares e de Apoio.</p>	<p>Análise estatística</p> <p>Análise de conteúdo</p>
<p>Analisar as perspectivas dos vários intervenientes sobre os impactos da utilização das TIC durante o processo de ensino e aprendizagem nos alunos especiais, incluindo ao nível pedagógico, curricular e extracurricular.</p>	<p>Entrevista Semiestruturada</p> <p>Inquérito por Questionário</p>	<p>Diretora e Professores titulares e de apoio.</p> <p>Professores titulares e de apoio.</p>	<p>Análise de conteúdo</p> <p>Análise estatística</p>
<p>Analisar as perspectivas dos vários intervenientes sobre as limitações dos recursos existentes e entraves à sua efetiva utilização.</p>	<p>Entrevista Semiestruturada</p> <p>Inquérito por questionário</p>	<p>Diretora Professores titulares e de apoio.</p> <p>Professores titulares e de apoio.</p>	<p>Análise de conteúdo</p> <p>Análise estatística</p>

Neste momento, encontramos-nos em fase de validação de instrumentos de recolha de dados. Concretamente, foram elaborados guiões de entrevista semi-estruturada dirigidos ao director da Secretaria Municipal de Educação e aos professores titulares inclusivos e aos professores de apoio, e um inquérito por questionário dirigido a estes últimos participantes.

Procurando manter a maior proximidade possível aos objetivos do trabalho, as entrevistas foram organizadas em blocos. No caso da entrevista aos professores, esses blocos são: i) Apresentação do entrevistador e dos objetivos da Investigação; ii) Caracterizar os recursos tecnológicos e humanos disponíveis na sua escola e/ou sala de aula para o atendimento aos estudantes com deficiência; iii) Conhecer as percepções dos Professores Titulares e os de Apoio relativamente ao seu nível de competência na utilização destes recursos tecnológicos; iv) Recolher as perspectivas dos professores titulares e de apoio sobre os impactos da utilização das TIC durante o processo de ensino e aprendizagem nos alunos especiais, incluindo ao nível pedagógico, curricular e extracurricular; v) Analisar a perspectiva dos Professores Titulares e de Apoio sobre as limitações dos recursos existentes e entraves à sua efetiva utilização; e vi) Finalização e agradecimento.

De forma semelhante, o inquérito por questionário após um bloco correspondente à recolha de dados sociodemográficos, segue a mesma estrutura. A intenção de aplicá-lo a todos os professores titulares inclusivos (102) e de apoio (51) das escolas Municipais de Taquara pretende possibilitar a triangulação de dados com as entrevistas e a análise documental, permitindo alargar ou problematizar as conclusões da análise mais profunda conseguida através das entrevistas semi-estruturadas.

Já a entrevista à Diretora da Secretaria Municipal de Educação inclui os blocos i) Apresentação do entrevistador e dos objetivos da Investigação; ii) Caracterizar os recursos (tecnológicos e humanos) disponíveis nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de Taquara para o atendimento aos estudantes com deficiência; iii) Conhecer a perspectiva da Diretora sobre os resultados obtidos pela utilização das TIC durante o processo de ensino e aprendizagem nos alunos especiais, incluindo ao nível pedagógico, curricular e extracurricular; iv) Analisar a perspectiva da diretora sobre as limitações dos recursos existentes e entraves à sua efetiva utilização; e v) Finalização e Agradecimento. Ao aportar uma perspectiva mais ampla da organização escolar do município e dos seus recursos, a perspectiva da Diretora permitirá enriquecer os dados e contribuir para a sua amplitude e complexidade.

5. Conclusão

Após a análise dos dados da pesquisa, acredita-se que se obterá uma melhor visão da forma que está sendo realizado o processo de inclusão das pessoas deficientes nas redes regulares de ensino do Município investigado, considerando a caracterização do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como meios de comunicação e de aprendizagem dos conteúdos disciplinares curriculares e extracurriculares, bem como, as competências destes educadores diante da utilização destes recursos.

Da mesma forma esta investigação poderá vir a ter implicações práticas informando os educadores da necessidade apoderamento destes recursos pedagógicos, como também, na possibilidade de sensibilização dos órgãos municipais a irem em busca dos direitos desta população conforme preconiza a legislação federal, fazendo valer uma Educação que realmente contemple a todos.

Referências

AERA (2011). Code of Ethics American Educational Research Association. *Educational Researcher*, 40 (3), 145-156.

- Aranha, M. S. F. (2005). *Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Belloni, M. L. (2001). *Educação à distância* (2ª edição). Campinas, SP: Autores Associados.
- Gonçalves, J. R. (2013). *As tecnologias de informação e comunicação como recurso à inclusão de crianças com necessidades educativas especiais*. Tese de Doutorado, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/5334>.
- Gouvêa, S. F. (1999). *Os caminhos do professor na Era da Tecnologia - Acesso Revista de Educação e Informática*, Ano 9 - número 13 - abril 1999.
- Jonassen, D. (2007). *Computadores, Ferramentas Cognitivas*. Porto: Porto Editora.
- Kornhaber, M.L., Griffith, K., & Tyler, A. (2014). It's not education by zip code anymore – but what is it? Conceptions of equity under the Common Core. *Education Policy Analysis Archives*, 22 (4), página 20. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n4.2014>.
- Lévy, P. (1998). *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola.
- Mendes, G. M. L. (2015). Technology is the answer, but what was the question? About policies of technology insertion in schools and curricular changes, *European Journal of Curriculum Studies*, 2(1), 233-244. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/ejcs/index.php/ejcs/article/view/83>.
- Oliveira, A. A. S., & Leite, L. P. (2007). Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 15 (57), 511-524. Disponível em www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n57/a04v5715.pdf.
- Penteado, M. (2000). *A Informática em ação - Formação de professores, pesquisa e extensão*. São Paulo: Olho d'Água.
- Pletsch, M. D. (2009). A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar*, 33, 143-156. Disponível em: www.scielo.br/pdf/er/n33/10.pdf.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2ª Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, J. E. M. (2012). *As Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: proposta de um Programa de Formação para o Ensino Básico*. Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro, Portugal. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/9198>.
- Rodrigues, A. S. (2007). *A informática como uma ferramenta de apoio à deficiência visual*. Tese de Doutorado, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14220>.
- Sánchez, P. A. (2005). A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão: Revista da Educação Especial*, 07-18. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf.
- Slee, R. (2012). How do we make inclusive education happen when exclusion is a political predisposition? *International Journal of Inclusive Education*, 17(8), 895-907. DOI:10.1080/13603116.2011.602534. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/13603116.2011.602534>.